



Arcabouço Fiscal e Orçamento Público

SITRAEMG
27 de junho de 2023

Por que faltam recursos para os serviços públicos?

Diagnóstico

- **“SISTEMA DA DÍVIDA”** absorve a maior parte dos recursos e é o centro do problema das contas públicas
 - ❑ Esfera Federal
 - ❑ Esfera Estadual

Pautas governamentais

- Manutenção dos privilégios do **“SISTEMA DA DÍVIDA”**
 - ❑ ARCABOUÇO FISCAL
 - ❑ Contrarreformas, Esquema de Securitização e Regime de Recuperação Fiscal

A dívida pública deveria estar financiando investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

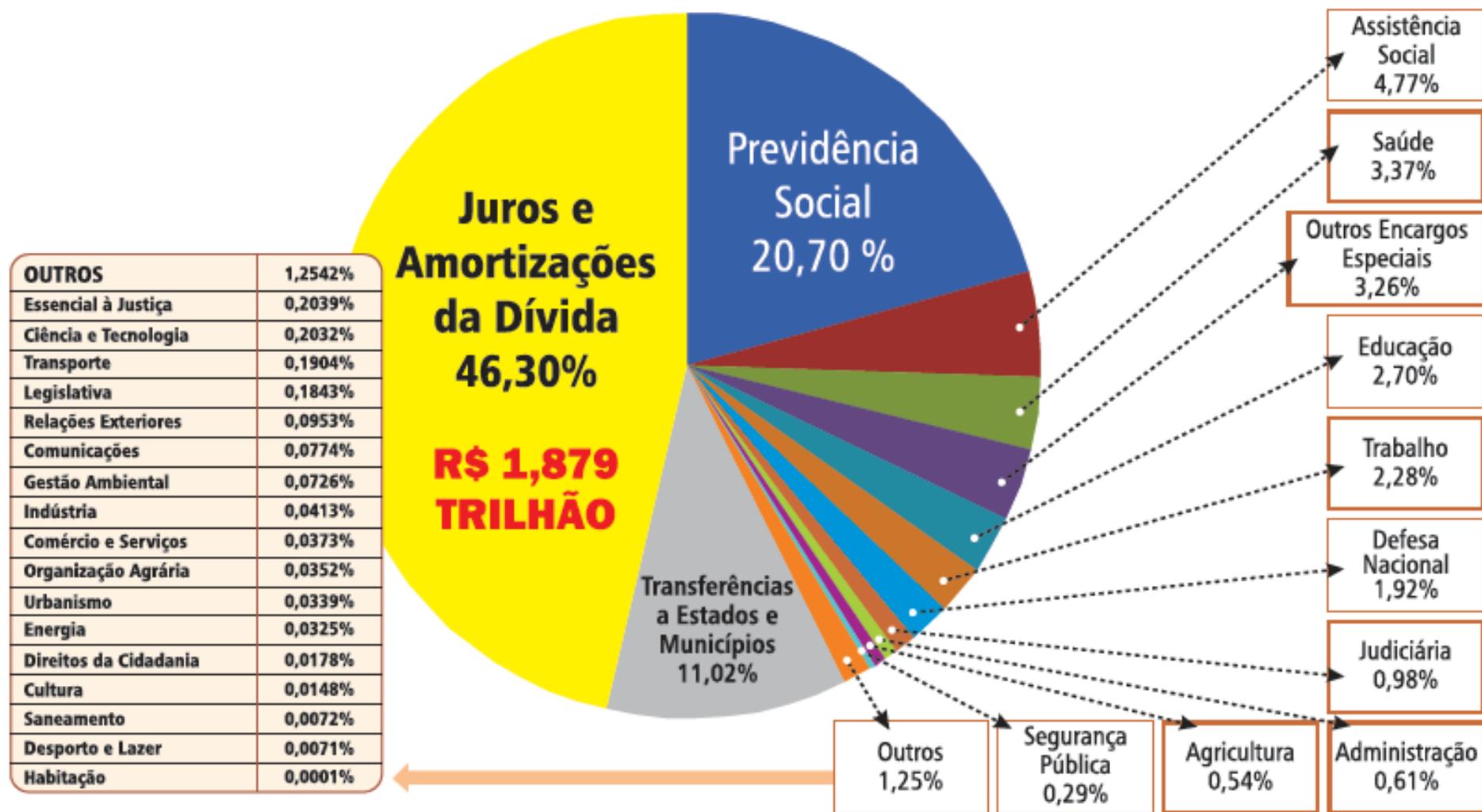
“SISTEMA DA DÍVIDA”

- Contínua subtração de recursos públicos;
- Ausência de contrapartida em investimentos, como declarou o Tribunal de Contas da União TCU <https://bit.ly/2NTP1Jo>
- Dívida alta tem justificado teto de gastos, arcabouço fiscal, contrarreformas, privatizações, juros altos (!).
- Ver vídeo 17 <https://bit.ly/2YE5R2S>

O SISTEMA DA DÍVIDA ESTÁ PRESENTE EM TODAS AS ESFERAS (Federal, Estadual e Municipal).

- Consome a **maior parte do orçamento** federal (cerca de metade, todos os anos) e parte significativa dos orçamentos estaduais e municipais;
- Está por trás de todas as **contrarreformas**, como as da Previdência;
- Tem sido a justificativa para todas as **privatizações** insanas que acontecem desde o governo Collor;
- É o responsável pelo **“Teto de Gastos” sociais**, cortes, contingenciamentos de recursos orçamentários, e pelo **“novo arcabouço fiscal”**, medidas que limitam investimentos sociais para que sobre mais para pagar os juros da dívida.
- Nos Estados, o Sistema da Dívida está por trás do nocivo **“Regime de Recuperação Fiscal”** e mecanismos fraudulentos, como a **Securitização**.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2022 = R\$ 4,060 TRILHÕES



TCU afirmou ao Senado que a dívida interna federal não serviu para investimento no país

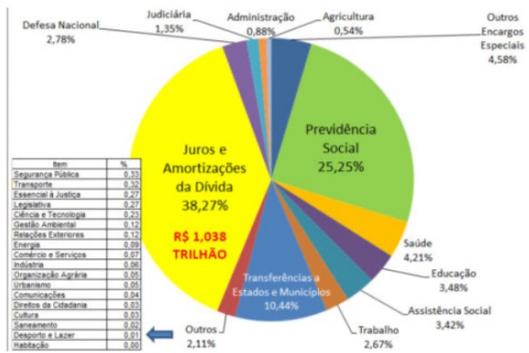
<https://bit.ly/2NTPIJo>

Para que tem servido?



27 DE OUTUBRO, 2020

Para que tem servido a Dívida Pública que você paga?



11 DE SETEMBRO, 2020

PARA QUE TEM SERVIDO A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL, por Maria Lucia Fattorelli

<https://bit.ly/36AbwLJ>

Audiência CAE/Senado

<https://bit.ly/3dwIxxP>

LIVE

<https://bit.ly/39ITU24>

Artigo

Auditoria da Dívida Pública:

Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil



Maria Lucia Fattorelli

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



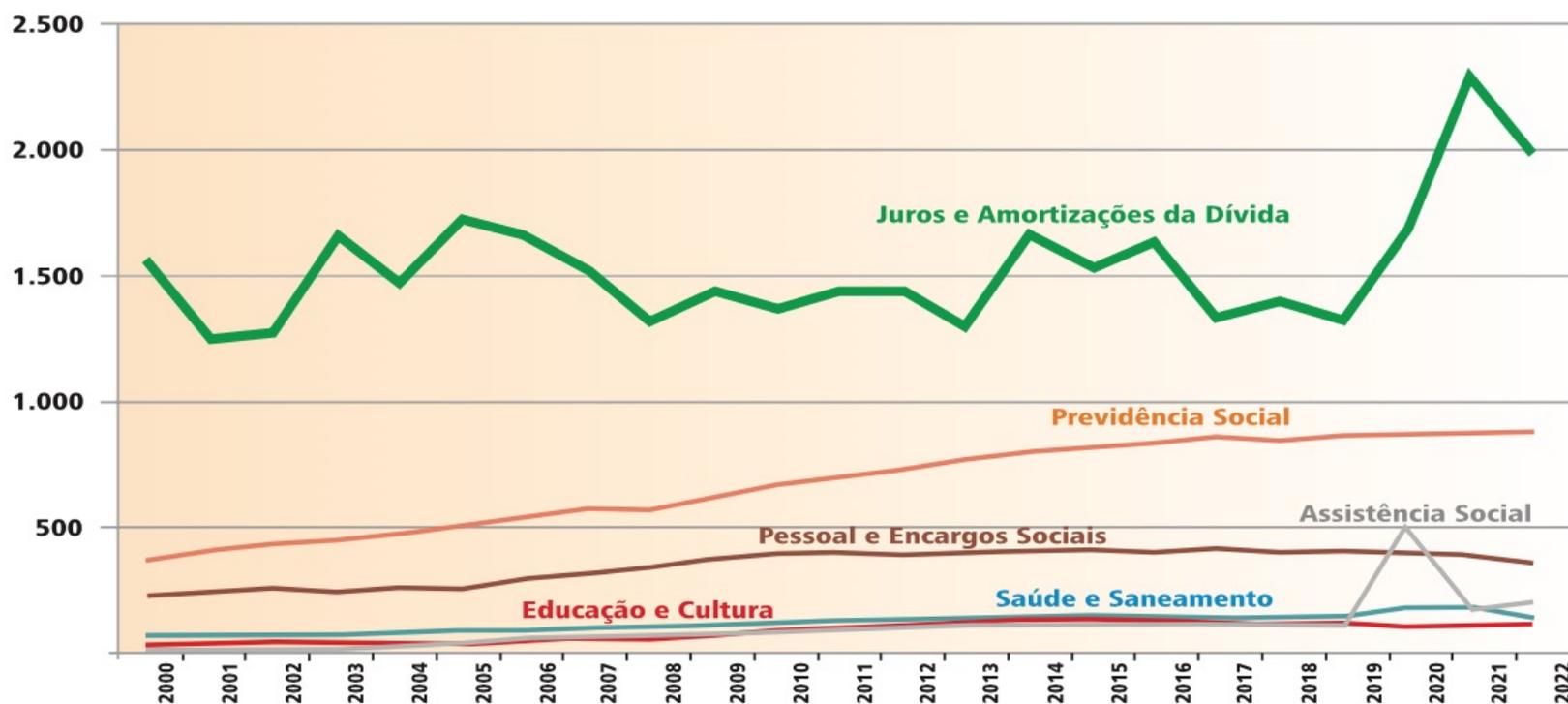
Primeira Edição 2023
Obra autofinanciada - VENDA PROIBIDA

<https://bit.ly/42HOWM3>

ONDE DE FATO ESTÁ O PROBLEMA DAS CONTAS PÚBLICAS?

Governo Federal - Gastos Selecionados de 2000 a 2022

Em R\$ bilhões de 2023 - Valores atualizados pelo IPCA



Fontes: https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAZZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymouse=true&sheet=SH06
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19110
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19106

Nota: A elevação dos gastos com Assistência Social em 2020 correspondeu ao pagamento do auxílio emergencial em decorrência da pandemia de Covid-19.

NOVO ARCABOUÇO FISCAL

- OBJETIVO: “*guardar recursos importantes para abatimento do endividamento público*”, conforme Exposição de Motivos do PLP 93/2023:

crescimento da receita. A ideia desses limites é evitar, no caso do patamar inferior, que a despesa tenha que ser reduzida nos períodos de recessão, quando a arrecadação diminui; e permitir, no caso do patamar superior, que o Governo consiga guardar recursos importantes para abatimento do endividamento público, nos momentos de crescimento mais forte da economia e da arrecadação. Agrega-se, assim, um importante elemento anticíclico ao arcabouço proposto.

04/2023 19:48:00.00

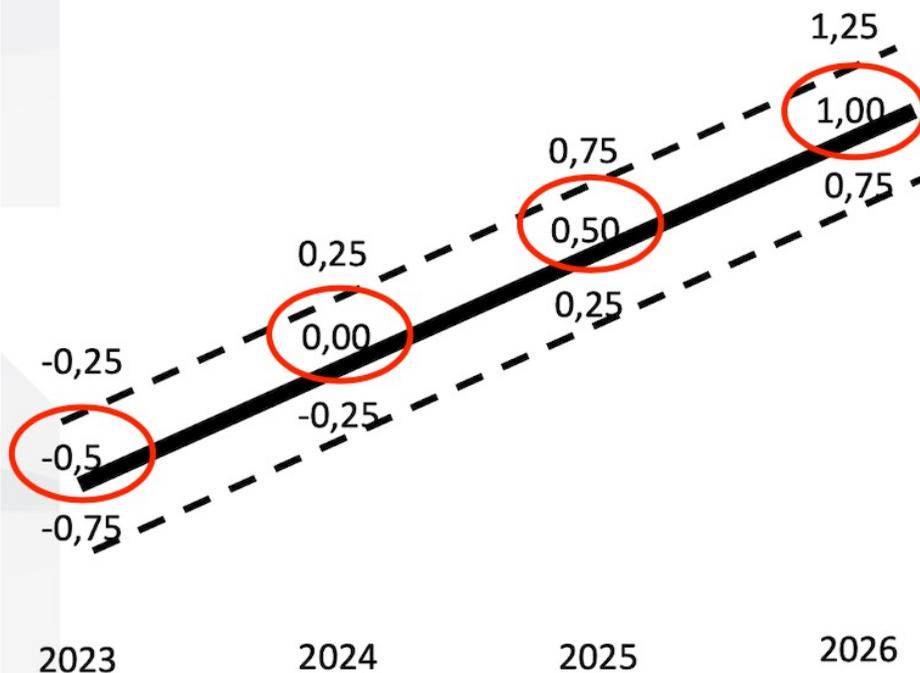
1.93/202

- Mantém o teto das despesas primárias (gastos com a estrutura do Estado e serviços públicos prestados à sociedade, inclusive investimentos), com possibilidade de pífio crescimento real de **APENAS de 0,6 a 2,5%** da despesa do ano anterior, condicionada ao cumprimento do **resultado primário** e ao **crescimento das receitas tributárias**;
- Gasto com juros da dívida e seus mecanismos fora de qualquer teto ou controle.

NOVO ARCABOUÇO FISCAL

Mantém o arrocho sobre os gastos sociais e a estrutura do Estado

Compromisso de Primário e Bandas (% PIB)



Expectativas de Mercado em 24/03/23

-1,02	-0,80	-0,50	-0,27
-------	-------	-------	-------

Regras Fiscais para atingimento

1. Compromisso de trajetória de primário até 2026, com meta e banda de variação tolerável.
2. O atual teto de gastos passa a ter banda com crescimento real da despesa primária entre 0,6% a 2,5% a.a. (mecanismo anticíclico), com FUNDEB e piso da enfermagem excluídos dos limites (regras constitucionais já existentes).
3. Crescimento anual dentro da faixa de crescimento da despesa limitado a 70% da variação da receita primária dos últimos 12 meses.
4. Resultado primário acima do teto da banda permite a utilização do excedente para investimentos.
5. Se os esforços do Governo de aumento de receitas e redução de despesas resultarem em primário abaixo da banda, obriga redução do crescimento de despesas para 50% do crescimento da receita no exercício seguinte.
6. Investimentos possuem piso.

A história já mostrou que Superávit Primário não controla a trajetória da Dívida Pública, pois esta cresce devido aos juros elevadíssimos e demais mecanismos financeiros, e não por causa dos investimentos sociais:

De 1995 a 2015 produzimos
R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário.
Apesar disso, a dívida interna federal aumentou de
R\$ 86 bilhões para quase
R\$ 4 trilhões no mesmo período.

Câmara dos Deputados agravou ainda mais as condições do ARCABOUÇO FISCAL e o Senado as manteve:

- Reforçou a lógica pela busca de “*sustentabilidade da dívida*”, inserindo como diretriz a “*trajetória da dívida*” e avaliações periódicas;
- Inseriu punições caso não sejam atingidas as metas de resultado primário, atingindo principalmente o serviço público: proibição de concursos, reajustes, estruturação de carreiras, gratificações etc.

CORREIO BRAZILIENSE
BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 2022 NÚMERO 21.874 • 26 PAGINAS • R\$ 4,50

CORREIO DEBATE | **O caminho da legalidade para o ouro** | Hoje, a partir das 14h, o Correio Braziliense promove o debate Caminhos do Ouro, com o propósito de contribuir para a extração do minério dentro da legalidade. Em três painéis, os convidados discutirão as alternativas políticas, jurídicas e tecnológicas que se apresentam para tornar essa atividade econômica sustentável e no quadro da lei. Em entrevista ao jornal, o secretário de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia, Vitor Saback, afirma que o país pode ampliar a participação da mineração no PIB sem a necessidade de explorar áreas preservadas nem de invadir reservas indígenas.

PÁGINA 7 E VIGIÃO DO CORREIO, 10

Regra fiscal proíbe concurso se governo exceder gastos

Em dia de muitas reuniões, integrantes do Executivo e do Legislativo chegaram à primeira versão da proposta de regra fiscal que será submetida ao Congresso Nacional. A nova ancora impõe que o governo federal exceder o limite de gastos estabelecido. Em caso de descumprimento, a União fica proibida de abrir concursos públicos e de conceder aumento salarial a servidores. Em uma articulação do Planalto, ficou acordado que as sanções não se aplicam para as políticas de valorização do salário mínimo nem ao Bolsa Família. Ao sair da reunião na Residência Oficial da Câmara, o relator do arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), disse que novas mudanças podem ser acrescidas à proposta. Amanhã, os deputados devem votar o requerimento de urgência para o texto.



Recado de Lula ao PT: nada de fogo amigo contra o arcabouço

Crítico das big techs, Lira diz não haver prazo para PL das Fake News

Bolsonaro depõe hoje à PF sobre vacina e admite conta no exterior

PÁGINAS 2 A 4

O Senado retirou do teto o Fundeb e o Fundo Constitucional do DF, mas manteve outros agravos incluídos pela Câmara:

- **Blindou o “superavit primário”**, impedindo que as leis de diretrizes orçamentárias excluam quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário;
- **Reforçou a prioridade da dívida pública:**
 - § 2º - A política fiscal da União deve ser conduzida de modo que a dívida pública alcance níveis sustentáveis, incluindo a prevenção de riscos e a adoção de medidas de ajuste fiscal.*
- **Rebaixou o piso de investimentos**, inicialmente proposto como sendo a dotação inicial dos investimentos da Lei Orçamentária de 2023, de cerca de R\$ 79 bilhões. Agora, deve corresponder a 0,6% do PIB, ou R\$ 65 bilhões.

ARCABOUÇO CONTRADIZ LULA

"Lula afirma que não vai guardar dinheiro para pagar juros aos banqueiros"

veja

Política

Lula afirma que não vai guardar dinheiro para 'pagar juros aos banqueiros'

Sem revelar ministros, petista reforça dívida com os mais pobres: 'como já fizemos uma vez, vamos começar a pagá-la'

Por Ramiro Brites 9 nov 2022, 19h46

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO PLP 93/2023

NOVO ARCABOUÇO FISCAL: *"guardar recursos importantes para abatimento do endividamento público":*

crescimento da receita. A ideia desses limites é evitar, no caso do patamar inferior, que a despesa tenha que ser reduzida nos períodos de recessão, quando a arrecadação diminui; e permitir, no caso do patamar superior, que o Governo consiga guardar recursos importantes para abatimento do endividamento público, nos momentos de crescimento mais forte da economia e da arrecadação. Agrega-se, assim, um importante elemento anticíclico ao arcabouço proposto.

04/2023 19:48:00.00

1.93/202

PARA CABER DENTRO DO TETO DO "ARCABOUÇO FISCAL", GOVERNO COGITA MUDAR O PISO CONSTITUCIONAL DE RECURSOS PARA A SAÚDE E EDUCAÇÃO

AgênciaBrasil

Governo quer reavaliar pisos para gastos com saúde e educação

Mudanças ocorreriam por emenda constitucional a partir de 2025

"Segundo a equipe econômica, esses pisos criam problemas porque os gastos totais do governo estão submetidos a uma regra geral, que era o teto de gastos e será substituída pelo novo arcabouço fiscal. Dessa forma, caso os gastos com uma das duas áreas (educação e saúde) cresçam mais que a média das despesas, sobra uma fatia menor para outros tipos de gastos."

BANCO CENTRAL EXPLODE GASTOS COM JUROS E ESTOQUE DA DÍVIDA, mas esse rombo está fora do Teto, sem limite!

Desde março/2021 quando a taxa básica Selic estava em 2% ao ano) o BC passou a disparar essa taxa, sob a falsa justificativa de controlar inflação, alcançando 13,75% a.a. em agosto/2022.

BANCO CENTRAL GERA ROMBO AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA

R\$ 40,1 BILHÕES

A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-7,1	-0,07	9,3	0,09
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	40,1	0,40	38,0	0,38
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	17,5	0,18	17,4	0,18

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e redução de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

COMO REPOR AS PERDAS ACUMULADAS E O SUCATEAMENTO DA ESTRUTURA DO ESTADO ?

- **TETO IMPÕE DISPUTA ENTRE ÁREAS SOCIAIS:** o conjunto de despesas primárias tem que caber dentro do teto. Se uma despesa cresce mais, outra tem que cair. RISCO para os pisos constitucionais da Educação e Saúde e risco de nova Contrarreforma da Previdência.
- **CRESCIMENTO ANUAL REAL PÍFIO PARA AS DESPESAS PRIMÁRIAS** (entre 0,6 e 2,5% dos gastos primários realizados em ano anterior), mantendo o mesmo princípio da EC-95, sujeito a **CONDICIONAMENTOS:** trava para o crescimento das despesas primárias (no máximo 70% do crescimento da receita tributária), além de exigência do cumprimento de meta de resultado primário.
- **TETO VISA "GUARDAR RECURSOS IMPORTANTES" PARA PAGAR JUROS E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA,** que permanece fora do teto, sem controle ou limite algum.

ARCABOUÇO FISCAL (PLP 93/2023) FERRE O FEDERALISMO E PREJUDICA A SOCIEDADE

LIVE

Federalismo fiscal e custeio dos direitos fundamentais no **PLP 93/2023**



MARIA LUCIA FATTORELLI
Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida



ÉLIDA GRAZIANE
Procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo

12 JUNHO 19H

ASSISTA AO VIVO EM:

 facebook.com/auditoriacidadada.pagina

 youtube.com/auditoriacidadadadividida


AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://www.youtube.com/watch?v=unvhadu764o&t=15s>

Como serão financiados os investimentos do Projeto Nacional anunciado por Lula, considerando as travas do "Arcabouço Fiscal" ?

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-em-evento-alusivo-aos-100-dias-de-gestao-do-governo-federal-em-brasilia-df>

PPP?

Securitização ?

BNDES planeja criar programa nacional de PPPs, diz Nelson Barbosa

Segundo diretor do banco de fomento, projeto incluirá concessões para administração, manutenções de hospitais e saneamento



Nelson Barbosa (foto) disse que atual governo Lula será mais aberto a PPPs

PODER360

18.abr.2023 (terça-feira) - 9h53

Apresentação feita pelo Tesouro Nacional sugere a criação de "Sociedade de Propósito Específico" (SPE) que emitirá debêntures com garantia estatal

gov.br

PT

Entrar

Tesouro Nacional

Notícias > Tesouro anuncia quatro medidas de incentivo a Parcerias Público-Privadas (PPP)

Tesouro anuncia quatro medidas de incentivo a Parcerias Público-Privadas (PPP)

Objetivo das medidas é intensificar os investimentos em infraestrutura no Brasil por meio das PPP

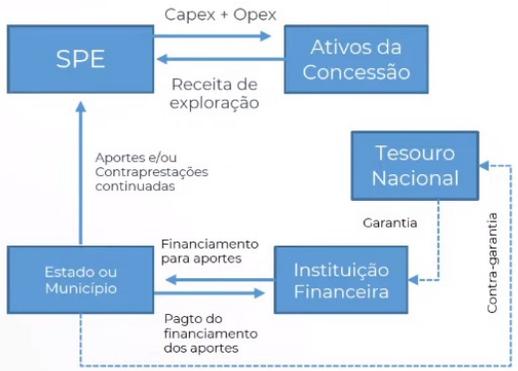
Modelo 1 – Garantia da União para o Financiamento de Aportes



Objeto:
Viabilizar operações de crédito para aportes na PPP durante fase de obras

Benefícios:

- Redução dos riscos para os parceiros privados e menor necessidade de alavancagem financeira do privado.
- Reduz percepção de riscos e atratividade dos projetos de PPPs em entes subnacionais.
- Redução do custo para os entes públicos de utilização de instrumentos de financiamento mais eficientes (menor custo).
- Utilização dos procedimentos já estabelecidos de análise e controle para concessão de garantias a operações de crédito convencionais.



```
graph TD; SPE[SPE] -- "Capex + Opex" --> Assets[Ativos da Concessão]; Assets -- "Receita de exploração" --> SPE; Estado[Estado ou Município] -- "Aportes e/ou Contraprestações continuadas" --> SPE; Estado -- "Financiamento para aportes" --> Inst[Instituição Financeira]; Inst -- "Pagto do financiamento dos aportes" --> Estado; Inst -.->|Garantia| TN[Tesouro Nacional]; TN -.->|Contra-garantia| Inst;
```

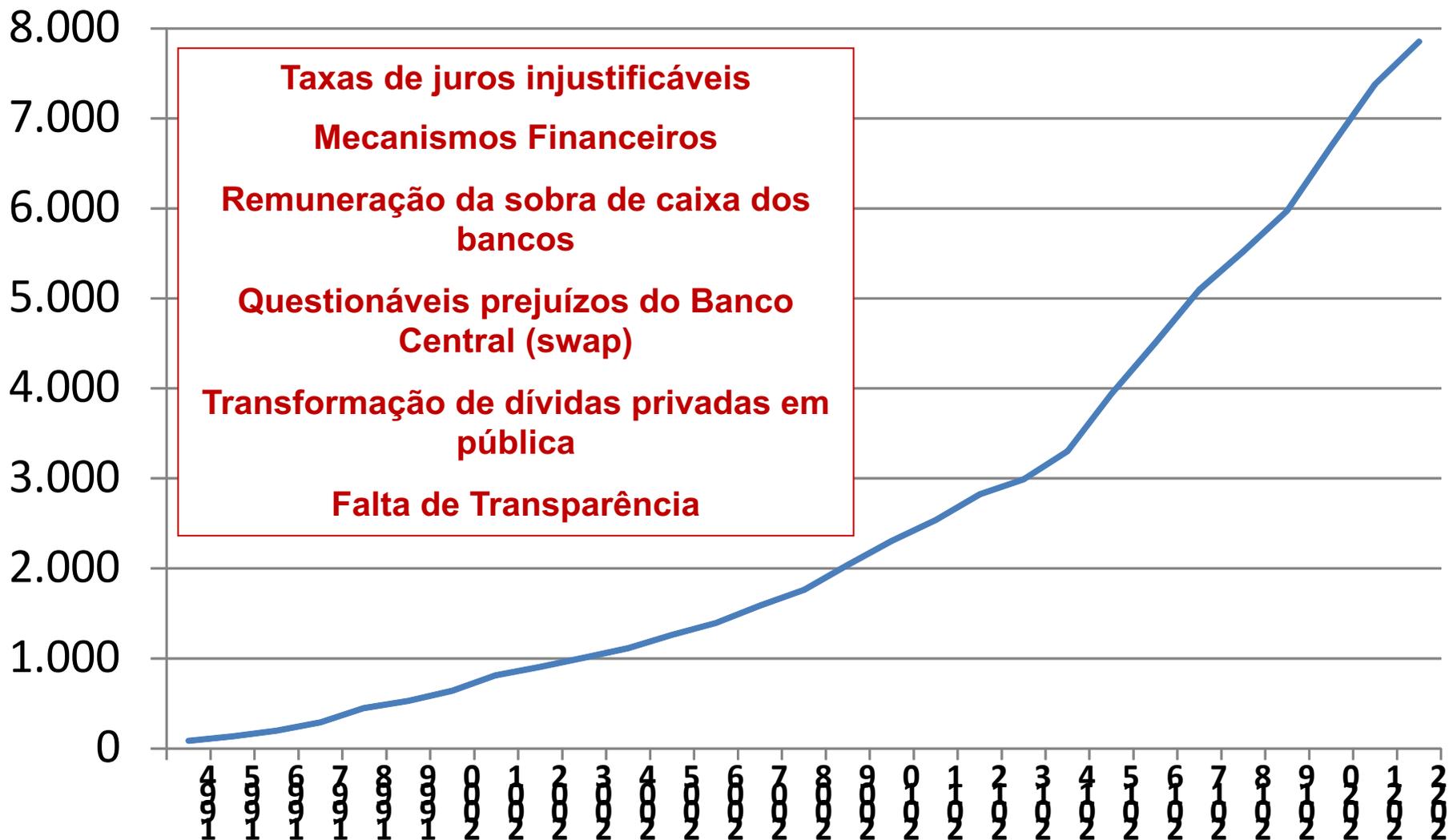
Logo: TESOURO NACIONAL, MINISTÉRIO DA FAZENDA, GOVERNO FEDERAL, BRASIL, UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Esquema de “Securitização de Créditos Públicos” desvia recursos por fora do Orçamento Público



Ver artigo “Securitização: consignado turbinado de recursos públicos”, disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/secritizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

Dívida Interna Federal (R\$ bilhões)



ARCABOUÇO FISCAL ESCANCARA PRIVILÉGIO DA DÍVIDA PÚBLICA E CAMINHA NO SENTIDO CONTRÁRIO AO QUE O PAÍS PRECISA

PRECISAMOS:

- ✓ Mais recursos para investimentos sociais e estrutura do Estado;
- ✓ Interromper mecanismos que geram "dívida" sem contrapartida em investimentos (Bolsa-Banqueiro, Juros elevadíssimos injustificados etc.).

O QUE FAZER?

- LIMITE DOS JUROS EM LEI
- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL

COM APENAS 1 CLIQUE PRESSIONE
PARA QUE DEPUTADOS APOIEM A
FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O
LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA
INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA
COM PARTICIPAÇÃO
POPULAR



20 DE MARÇO, 2023

CLIQUE AQUI E PRESSIONE pela
criação da Frente Parlamentar sobre
o Limite dos Juros e a Auditoria
Integral da Dívida Pública com
Participação Popular

INCLUIR NA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES:

- Limite dos Juros em lei (PLP 104/22)
- Auditoria da Dívida Pública com Participação Social
- Apoio à Frente Parlamentar sobre o Limite dos Juros e a Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular

<https://auditoriacidada.org.br/pressione-pela-criacao-da-frente-parlamentar-sobre-o-limite-dos-juros-e-a-auditoria-integral-da-divida-publica-com-participacao-popular/>

O MERCADO NÃO TEM ESCRÚPULO PARA PRODUZIR CRISES E IMPOR LIMITE DE INVESTIMENTOS SOCIAIS

O déficit está no Banco Central <https://bit.ly/3tTi0yX>



“Você tem que colocar o país em recessão para recuperar a credibilidade”, diz Campos Neto

Publicado em 16/12/2021 - 13:39 | Vicente Nunes | Economia

<https://www.youtube.com/watch?v=RJNHX82-CrQ&t=373s>



<https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-ju>

PRECISAMOS DE UMA CPI DO BANCO CENTRAL!

PRESSIONE SENADORES E DEPUTADOS COM APENAS 1 CLIQUE



ACESSE
WWW.AUDITORIACIDADA.ORG.BR



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/pressione-parlamentares-pela-abertura-de-uma-cpi-do-banco-central>

Auditoria Cidadã da Dívida lançou Campanha para LIMITAR JUROS NO BRASIL



MOVIMENTE-SE

Informativos da Campanha

Queremos saber sua opinião
VOTE

Abuso das taxas de juros no Brasil
ENTENDA

Materiais da campanha
COMPARTILHE

Descubra o que está
acontecendo
AGENDA

Acesse a Proposta Legislativa e
acompanhe os próximos
passos
CONGRESSO NACIONAL

EXIGIMOS LIMITE PARA OS JUROS NO BRASIL



PROPOSTA PELO LIMITE DOS JUROS VIRA PLP 104/2022



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Reunião deliberativa da Comissão Legislativa Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados aprova proposta legislativa pelo limite dos juros no Brasil.

auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros

Vote na enquete oficial da Câmara: Limite dos Juros Já!



[/auditoriacidada](https://www.instagram.com/auditoriacidada)
[/AuditoriaCidadaDaDivida](https://www.youtube.com/AuditoriaCidadaDaDivida)
[/auditoriacidada.pagina](https://www.facebook.com/auditoriacidada.pagina)
[/auditoriacidada](https://www.tumblr.com/auditoriacidada)



VOCÊ JÁ ESTÁ PARTICIPANDO?

ACESSE DIVULGUE PARTICIPE

<https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>

Por que a estrutura do Estado está sucateada e a economia brasileira patina, se temos imensas riquezas sob todos os aspectos e TEMOS MANTIDO TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS?

➤ Chegamos a **R\$ 4,5 TRILHÕES** em caixa em **31/1/2023**:

- **R\$ 1,606 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional,
- **R\$ 1,223 TRILHÃO** no caixa do Banco Central, e
- **R\$ 1,688 TRILHÃO** em Reservas Internacionais!

Fonte dos dados no artigo disponível em:

https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202302_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx (Tabela 4, Linhas 44, 50 e 52), e Serie Temporal do BCB nº 13.621

Lucro dos bancos seguiu aumentando

Ver "Assalto aos Cofres Públicos" <https://bit.ly/3xKnEp4>

Brasil: Realidade de Abundância *versus* Cenário de Escassez



Ver diversos vídeos curtos em <https://bit.ly/33bVDd0>

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

➤ CONHECIMENTO DA REALIDADE

- Modelo Econômico Errado
- Sistema da Dívida
- Política Monetária suicida do BC



➤ MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

➤ AÇÕES CONCRETAS

- Campanha pelo Limite dos Juros no Brasil <https://bit.ly/3oBmlG5>
- Campanha É HORA DE VIRAR O JOGO <https://bit.ly/33bVDd0>
- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO **SOCIAL**. Divulgar a nova **Cartilha** <https://bit.ly/42HOWM3>
- Participar das convocações na página www.auditoriacidada.org.br

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRAROJOGO